



Assembleia-Geral do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul

Bordéus, dia 10 de Abril de 2007

A Assembleia-Geral do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul (CCR.S) decorreu em Bordéus no dia 10 de Abril de 2007.

Abertura da Assembleia pelo representante da Região Aquitaine.

François MAÏTIA, vice-Presidente da Região Aquitaine, toma a palavra em nome de **Alain ROUSSET** Presidente do Conselho Regional da Aquitaine para nos desejar as boas vindas e para agradecer às pessoas que estão presentes, nomeando as diferentes delegações.

Após ter apresentado a Região Aquitaine e Bordéus, **François MAÏTIA** apresenta os desafios do CCR.S, a necessidade de « fabricar consenso » e sublinha a urgência do sucesso do CCR.S

O presidente da AGLIA, **François PATSOURIS**, toma por sua vez a palavra e agradece **François MAÏTIA**, **Maria José GONZALEZ** e **Victor BADIOLA** pelo trabalho já efectuado. Ele apresenta rapidamente os planos de acção da AGLIA, nomeadamente o seu papel de fórum de intercâmbio no qual se inscreve a missão de coordenação do Secretariado do CCR.S.

No que diz respeito à sua implementação, **François PATSOURIS** informa a assistência que o recrutamento foi efectuado e que a equipe encontrar-se-á em Lorient. O Secretário-Geral, **Benoit GUERIN** ocupará o seu cargo em meados de Maio, e será assistido por **Priscilla FOURCADE**, que já se encontra em funções. Enquanto se aguarda, **François FOUCAUD** Secretário-Geral da AGLIA, assegura a interinidade.

O representante da Comissão Europeia, **Emilio MASTRACCHIO**, após uma rápida retrospectiva das etapas alcançadas, apresenta um balanço sobre a evolução dos diferentes CCR e das suas influências. Os assuntos de actualidade da política comum da pesca que podem interessar o CCR.S são os seguintes :

- Declaração política sobre os TACs e cotas para 2008
- O MSY « Rendimento Máximo Sustentável » cujo objectivo é a implementação de uma gestão da pesca sustentável de acordo com os compromissos da Cimeira mundial de Joanesburgo em 2002
- Revisão das medidas técnicas cujas recomendações dos diferentes CCR são aguardados antes do final de Maio
- Gestão do biqueirão

Emilio MASTRACCHIO lembra também à assembleia que o CCR.S está convidado a participar na próxima reunião da Coordenação com os CCR em Bruxelas no dia 19 de Abril onde discutir-se-á da Agência de Controlo, do diálogo científico, e da revisão do funcionamento dos CCR.

Sobre este último ponto, a comissão publicará em Junho um relatório que terá em consideração os comentários feitos pelo conjunto dos CCR. As revisões financeiras, que prevêem dar perenidade à participação comunitária, estão já em curso, após a proposta da Comissão de declarar os CCR “organismos que prosseguem um objectivo de interesse geral europeu”.

Victor BADIOLA, assegurando a presidência, agradece à integralidade da Assembleia e apresenta as particularidades do CCR.S bem como as dificuldades encontradas para chegar, hoje, à primeira Assembleia-Geral. Consciente do tempo perdido, a prioridade hoje é de recuperar este atraso. É por isso que os pontos nomeados anteriormente por **Emilio MASTRACCHIO** sobre a política comum da pesca serão debatidos dentro de dois ou três meses.

Victor BADIOLA indica que o número de participantes nos grupos de trabalho não é, em princípio, limitado. O importante na sua opinião não é o número de pessoas mas o trabalho efectuado bem como a reactividade. O respeito dos prazos fixados pela Comissão é primordial. O primeiro prazo no que diz respeito às medidas técnicas está fixado para o final de Maio.

Victor BADIOLA dá agora a palavra aos membros da assembleia para apresentarem as suas observações no que diz respeito aos estatutos, pedindo-lhes uma certa largueza de aceitação, já que os estatutos, tais como foram apresentados, monopolizaram já tantas pessoas que se modificarmos tudo, isso significa andar para trás, e ele indica que não podemos perder mais tempo.

Intervenção de um **membro da delegação portuguesa**, que agradece **François MAÏTIA** pelo seu acolhimento e entusiasmo, assim que **Victor BADIOLA** pelo trabalho já efectuado para chegar até ao ponto em que estamos hoje. Ele deseja saber se as reuniões do Comité Executivo estão abertas ao público ou se observadores podem também estar presentes e pede também se é possível obter uma cópia do discurso de **Emilio MASTRACCHIO**.

Victor BADIOLA responde que as reuniões do Comité Executivo estão abertas ao público. Fora dos 24 membros a transparência é um ponto essencial. Uma cópia do discurso de **Emilio MASTRACCHIO** será fotocopiada e distribuída à Assembleia.

No artigo 30 dos estatutos, relativamente à constituição dos grupos de trabalho, houve uma modificação que ocorreu depois da reunião de Madrid. « Pesca Artesanal » passou a ser « Pesca tradicional ». A proposta de nomear o grupo de trabalho « espécies ICCAT » em vez de « para a pesca do espadarte e das espécies ICCAT » é validada.

Liberato FERNANDES da delegação portuguesa indica que a tradução que tinha havido em Madrid era mais correcta do que esta nova versão, nomeadamente na redacção da introdução. **Victor BADIOLA** confirma a modificação da introdução tal como na antiga versão.

A nova redacção do artigo 30 é aprovada pela assembleia por unanimidade.

Clara FERNÁNDEZ deseja outras modificações; existe um erro no artigo 22, alínea 3 da versão espanhola: está escrito “pelo menos três” enquanto que deveria estar escrito “no máximo quatro”..

A Modificação é aprovada.

Hugo GONZÁLEZ solicita a atenção da assembleia para o artigo 34 que faz referência ao exercício económico em comparação com o artigo 32, alínea 7, para que estes dois artigos coincidam. Num, o exercício inicia no dia 1 de Janeiro e no outro, aquando da data de aniversário, ou seja hoje dia 10 de Abril. **François FOUCAUD** indica que as contas enceram de facto aquando do dia de aniversário da associação.

O artigo 32 alínea 7 será modificado.

João LOPES deseja obter indicações sobre as espécies tidas em consideração pelo grupo de trabalho “espécies águas profundas”. Pede também indicações sobre a remuneração dos membros do Comité Executivo ao referir-se aos artigos 18 e 24. Por fim, ele opõe-se ao facto do secretário Geral não poder participar nos debates.

Jean-Pierre Plormel, por sua vez, toma a palavra pondo em evidência que anomalias de tradução levam a que certos pontos possam ser ainda perfectíveis e **Siri ENGESAETH** de « Seas at Risk » está de acordo com isso. Como é claro, ele sublinha que os postos não são remunerados. Ele propõe que a data de decreto não seja no dia 10 de Abril mas num final de mês, e pede que a Comissão nos dê uma opinião.

Victor Badiola, confirma que os estatutos não devem ser um freio à nossa evolução. Não devemos examinar com minúcia os estatutos palavra por palavra. No que diz respeito às “espécies águas profundas”, as espécies em causa são as que são classificadas como tal pela Comissão Europeia. Em relação ao Artigo 18, **Victor Badiola** confirma que não se trata de forma alguma de remuneração mas de decisões financeiras pontuais. Por fim, para responder à questão que diz respeito à intervenção do Secretário-Geral nos debates, o ponto forte é que ele não possui direito de voto e o seu trabalho consiste em assegurar que os membros beneficiem todos da mesma liberdade de palavra. O conjunto destes pontos é confirmado por **Mercedes Rodríguez**.

Siri ENGESAETH relembra o facto que as mulheres de pescadores estão classificadas como « outro grupo de interesse » enquanto que no BSRAC isso é diferente. Elas seriam susceptíveis de tomar o lugar de outros grupos desejosos por participar neste CCR. **Maria José Gonzalez** lembra de novo que este ponto já foi debatido aquando da última reunião em Madrid e que tinha sido aceite por unanimidade. **António Schiappa Cabral** apoia também esta posição.

Siri ENGESAETH sublinha depois o facto que os Estatutos dão muito poder ao Presidente com o artigo 15. Por fim, pede que o artigo 26 seja modificado para retirar a pertença ao sector extrativo.

Victor Badiola, toma nota das suas observações e põe em evidência que existem diferenças entre os estatutos dos diferentes CCR. Lembra-lhe das dificuldades para implementar estatutos tais como estão hoje apresentados e para chegar a um consenso entre todas as partes interessadas.

Francisco Teijeira, da delegação espanhola, sublinha que os artigos 16 e 26 não foram modificados de acordo com os termos da reunião de Madrid durante a qual ficou decidido que se elegeriam 3 vice-presidentes. Ele observa igualmente que o artigo 18 não indica que uma das funções da Assembleia-Geral é de eleger o Presidente. Por fim, chama a atenção para o facto da possível controvérsia entre o grupo de trabalho “zona VIII excepto sardinha e biqueirão” e o grupo de trabalho “pesca costeira ibérica de arrasto”.

Victor Badiola confirma que tinha sido admitido um terceiro vice-presidente, os artigos 16 e 26 serão atualizados.

No que diz respeito à possível controvérsia, ele admite que, com um público não avisado, isso pode ser alvo de confusão. No entanto, a denominação parece-lhe clara e as palavras utilizadas são geograficamente percebidas.

Victor Badiola confirma a necessidade de modificar o artigo 18 para que apareça a eleição do Presidente pela Assembleia-Geral.

Após estas modificações, os estatutos são aceites por unanimidade. Isso é visto com satisfação por **François MAÏTIA**.

François MAÏTIA propõe como Presidente **Victor Badiola** devido ao seu envolvimento e ao seu dinamismo.

Victor BADIOLA é eleito Presidente por unanimidade.

Victor Badiola agradece à assembleia pela sua confiança, espera ser o amigo e poder ajudar o melhor possível, e espera estar numa posição equidistante de cada sector que possuem um interesse na zona. Espera nunca ser considerado como um inimigo ou como um oponente. O seguimento da ordem do dia é a eleição dos vice-presidentes.

Portugal apresenta como primeiro Vice-Presidente o representante da ADAPI : **António Schiappa Cabral**

A França apresenta como segundo Vice-Presidente o representante da PROMA : **Yves FOEZON**

Os dois candidatos são designados por unanimidade.

Os representantes dos outros grupos de interesse não tiveram reunião de coordenação para apresentar um terceiro vice-presidente. Eles vão reunir-se separadamente no intuito de voltar com uma proposta.

Um membro da delegação portuguesa indica que a Geota, que participa desde o início às reuniões preparatórias deseja ser ter uma participação nos debates.

Após um debate, **Monica VERBEEK**, da organização « Seas at Risk », é proposta para o terceiro lugar de terceiro Vice Presidente pelo conjunto dos membros que representam os outros grupos de interesse presentes nesta Assembleia-Geral.

A candidata é aceite por unanimidade.

A continuação do programa diz respeito ao Comité Executivo. Cada Estado membro vai designar os seus representantes:

Para Portugal:

- ADAPI (Associação dos Armadores das Pescas Industriais) representada por **António Schiappa Cabral**
- Federação de Pescas dos Açores representada por **Francisco Liberato Fernandes**
- AMAP (Associação Mútua Financeira Livre da Pesca Geral Centro) representada por **Humberto Manuel Madeira Jorge**
- Rotação anual entre:
 - a. Federação das Associações e Organizações de Produtores de Pesca da Zona Sul representada por **João da Silva Lopes**

- b. Vianapesca, Cooperativa de Produtores de Pesca representada por **Francisco Portela Rosa**
- c. AAPLCLZO (Associação dos Armadores de Pesca Local, Costeira e do Largo da Zona Oeste) representada por **Jerónimo Rato**

Para a Espanha:

- OPEGUI representada por **Jaime Tejedor**
- Federación Gallega de Cofradías de Pescadores representada por **Xoan López**
- Rotação bi-anual entre:
 - a. OP LUGO representada **Mercedes Rodriguez**
 - b. Puerto de Celeiro representada por **Eduardo Miguez**
- Rotação bi-anual entre:
 - a. PESCAGALICIA-ARPEGA-OBARCO representada por **Torcuato Teixeira**
 - b. Coperativa del Mar Santa Eugenia de Riveira representada por **Maria José Casais**

Para a França:

- PROMA representada por **Yves Foëzon**
- ANOP representada por **Jean Pierre Plormel**
- CNPM representada por **Serge Larzabal**
- FEDOPA representada por **Julie Rigaud**

Para os Países Baixos :

- Dutch Fisheries Organisation representada por **Geert Meun**

Para a Bélgica:

- Rederscentrale representada pelo senhor **Corbisier** (a confirmar)

Para os transformadores:

- ANFACO representada por **Vieites Baptista de Sousa**

Para os sindicatos :

- ETF representada por **Manuel Dominguez Segade**

Para os outros grupos de interesse:

- Rede das mulheres representada por **Cristina Moço**
- EAFPA representada por **Antonio Raposo**
- WWF representada por **Raul GARCIA**
- Ligua Para Natureza representada por **Henrique Cabral**
- Pêche et développement representada por **Alain le Sann**
- Seas at Risk representada por **Monica VERBEEK**
- EEA representada por **Jan Kappel**
- Confederación Española Pesca Maritima de Recreo representada por **Enrique Keller**

Yanick Morando, representante da associação francesa das lotas, pergunta se um lugar lhe pode ser atribuído apesar de já não fazer parte da associação europeia. Este pedido é alvo de controvérsia ao nível da delegação portuguesa. A resposta de **Victor Badiola** é para permanecerem com as decisões tomadas em Madrid.

As Organizações ambientais representando 4 dos 8 membros do Comité Executivo dos outros grupos de interesse e as associações de pesca desportiva representando 2 dos 8 membros tomaram bem nota que, se houver, num futuro mais ou menos próximo, pedidos de produtores de aquacultura, de consumidores, ou outros, deverão ceder o seu lugar de forma a que o número de membros não exceda os 8. Fica registado que nem **Liberato Fernandes**, nem **Serge Larzabal** nem **Jean Pierre Plormel** estão de acordo com esta

decisão. **Victor Badiola** responde que a experiência dos outros CCR nos leva a propor esta solução no intuito de preencher os lugares livres. Pergunta à assembleia se outras pessoas, que pertencem a esta terceira parte, comunicaram o seu desejo em participar no Comité Executivo. Ninguém se pronuncia.

Liberato Fernandes e alguns outros membros da delegação portuguesa comunicam o seu desacordo com esta decisão e pedem para que isso fique registado na acta.

O Comité executivo fica estabelecido.

François Foucaud toma a palavra para se exprimir acerca dos projectos de orçamentos. Ele anuncia os ajustamentos ponderados em acordo com a comissão europeia.

Existem seis mudanças:

- O reembolso das despesas passou de 300€ por pessoa e por deslocação a 500€.
- O orçamento por reunião foi diminuído para até 12 500€ dado que muitas reuniões seriam efectuadas de forma concomitantes.
- As despesas de lançamento e de comunicação são reduzidas a 20 000€ para o primeiro exercício.
- As despesas de tradução e de interpretação passaram de 50 000 € a 66 000 € para tratar sobretudo o conjunto das quatro línguas.
- O reembolso das despesas dos peritos foi reduzido porque a Comissão Europeia já paga os peritos do CIEM. No entanto, este posto foi mantido para possibilitar o convite de peritos que não sejam do CIEM.
- Diminuição das cotizações dos membros, para o Comité Executivo passa de 750 a 500 euros e para a Assembleia-Geral passa de 250 a 175 euros.
- Está a ser estudado uma diminuição momentânea das contribuições da AGLIA e de Cap L'Orient, respectivamente de 60 000 € e de 10 000 € (inicialmente prevista para 85 000 € e 15 000 €). Esta diferença de 30 000 € poderá ser utilizada durante o exercício, no âmbito de um complemento orçamental. O objectivo é de obter uma maior flexibilidade na gestão do orçamento e de otimizar a participação da Comissão.

O conjunto dessas modificações corresponde a 10% do orçamento. Foram todas validadas pela Comissão Europeia baseando-se na experiência dos outros CCR.

O contributo da Comissão Europeia deve ser estável para os dois próximos anos com um subsídio de 200 000 € para as despesas de funcionamento e de 50 000 € para as despesas de tradução e de interpretação. Os Estados membros participarão em cerca de 20 000 euros.

O orçamento está separado em diferentes postos, as contas mais importantes são as seguintes:

- A organização das reuniões (1 Assembleia-Geral de cerca de 100 pessoas, 3 reuniões de Comité Executivo de 24 pessoas e uma média de 2 reuniões para cada um dos 7 grupos de trabalho) custa 150 000 euros. Dado que certas reuniões serão concomitantes, somente tivemos 80% deste montante em consideração.

Somente serão tidas em consideração as deslocações dos membros do Comité Executivo para a Assembleia-Geral.

- O secretariado é composto por dois assalariados (O secretário Geral **Benôit GUERRIN** e sua assistente **Priscilla FOURCADE**), existirão despesas gerais a ter em consideração. O conjunto está orçamentado em cerca de 149 000 €.

Hugo González da delegação espanhola pergunta se a participação aos grupos de trabalho será submetida a uma cotização suplementar e se essas deslocações às reuniões dos grupos de trabalho serão reembolsadas. **François Foucaud** confirma que a participação aos grupos de trabalho não está submetida à cotização e que as deslocações para ir às reuniões estão orçamentadas desde que cada grupo não exceda os 10 a 12 membros.

João Lopes exprime a sua admiração em relação aos 500€ de reembolso, montante que lhe parece pouco. Está também admirado que a inflação tenha sido tida em consideração para o secretariado e não para o conjunto do orçamento. Por fim, pede detalhes acerca da rubrica "imprevistos" que lhe parece vago.

François Foucaud confirma que o montante dos reembolsos foi revisto de forma a ser aumentado. No que diz respeito à inflação, explica que este estudo corresponde à evolução mecânica dos salários. Finalmente, a rubrica "imprevistos" existe para compensar um eventual custo adicional que não tenha sido previsto em alguns postos.

Um representante da **delegação espanhola** exprime o seu descontentamento porque o secretariado não se encontra na Galiza o que teria sido uma melhor escolha para os orçamentos atribuídos ao reembolso. Para além disso, ele acrescenta que o orçamento lhe parece bastante apertado, quer seja ao nível da remuneração dos assalariados, quer seja ao nível do funcionamento, posição partilhada por **Torcuato Teixeira** da delegação espanhola. Por fim, está preocupado com os meios atribuídos ao grupo de trabalho, nomeadamente ao grupo da pesca tradicional.

Após o conjunto dessas observações, **Jean Pierre Plormel** lembra que apenas se trata de um projecto de orçamento que seria evidentemente ajustado às necessidades. **Mercedes Rodríguez** apoia esta posição e **Victor Badiola** confirma-a.

Paulo Morais, da federação das pescas dos Açores, indica que os estatutos votados esta manhã colocam em evidência uma subdivisão geográfica das águas insulares. Interroga-se sobre a forma de poder traduzir esta particularidade ao nível do orçamento do CCR.S. Para além disso, ele deseja saber se a Comissão pensou numa participação financeira para os custos de consulta dos peritos.

Victor Badiola confirma que se o orçamento insular não aparece de forma clara, é porque ele está claramente integrado e por isso absorvido pelo orçamento de CCR.S. **Liberato Fernandes** sublinha que a realidade geográfica é independente da sua vontade, deve ser levada em consideração e ultrapassada de forma solidária, já que se corre o risco de certos grupos de trabalho não poderem funcionar por falta de meios. Contudo, ele está pronto a dar um voto de confiança se essas considerações não forem ignoradas.

Victor Badiola toma nota desta observação porque o mais importante é realmente que os grupos de trabalho funcionem, e para isso eles necessitam de organização. Esperaremos para ver como decorrem as primeiras reuniões para introduzir críticas e eventualmente fazer evoluir o orçamento.

Francisco Portela Rosa da delegação portuguesa propõe, no intuito de partilhar os custos, que as reuniões se façam em todas as regiões sob tutela do CCR.S, o que fica confirmado por **Victor Badiola**.

Francisco Teixeira acha também que o orçamento para os peritos é fraco já que seria necessário alargar a outros intervenientes que não sejam somente os do CIEM para ter outros pontos de vista que os da Comissão Europeia. Mais uma vez, **Victor Badiola** lembra que se trata de uma avaliação e que esta se baseia na experiência de outros CCR e que a imparcialidade dos intervenientes científicos sempre foi respeitada. **François Maitia** indica igualmente que no âmbito de programas europeus tais como INTERREG, é eventualmente possível beneficiar de fundos europeus.

André Forest, membro do CIEM, intervém para lembrar que foram já estabelecidas relações privilegiadas com os outros CCR e que espera estabelecer o mesmo tipo de relações com o CCR.S.

Jaime Tejedor lembra que todos os CCR são diferentes e por isso o orçamento de uns pode não ser suficiente para os outros. Por esse motivo, o financiamento da Comissão deve levar em consideração as particularidades do CCR.S. **Emilio MASTRACCHIO** responde-lhe que a Comissão já evoluiu ao tornar o seu financiamento permanente.

A assembleia aprova o orçamento e dá um voto de confiança.

A continuação da ordem do dia é a configuração dos grupos de trabalho.

São retomados os grupos de trabalho decididos aquando da reunião de Madrid bem como os seus Presidentes.

- **Grupo de trabalho zona VIII excepto sardinha e biqueirões**
 - a. Presidência Francesa : ANOP representada por **Jean Pierre PLORMEL**
 - b. Vice Presidência Espanhola: a definir

- **Grupo de trabalho Espécies Pelágicas**
 - a. Presidência Espanhola: OPEGUI representada por **Jaime Tejedor**
 - b. Vice Presidência Partilhada
 - Portugal: AMAP representada por **Humberto Jorge**
 - França: CLPMEM la Turballe representada por **Ludovic Leroux**

- **Grupo de trabalho Litoral Ibérico**
 - a. Presidência Espanhola: Asociación de Armadores de Buques de Pesca de Marín representada por **Francisco Teijeira**
 - b. Vice Presidência Portuguesa: ADAPI representada por **António Schiappa Cabral**

- **Grupo de trabalho espécies em águas profundas**
 - a. Presidência Portuguesa: a definir por rotatividade
 - b. Vice Presidência Partilhada
 - Espanha: a definir
 - França: ANOP representada por **Jean Pierre PLORMEL**

- **Grupo de trabalho ICCAT**
 - a. Presidência Francesa: CNPMEM representada por **Serge Larzabal**
 - b. Vice Presidência Partilhada
 - Espanha: a definir
 - Portugal: a definir

- **Grupo de trabalho da pesca tradicional**
 - a. Presidência Espanhola: Federación Gallega de Cofradías de Pescadores representada por **Xoan López**
 - b. Vice Presidência Portuguesa: a definir por rotatividade

- **Grupo de trabalho: insular**
 - a. Presidência Portuguesa: PORTO DE ABRIGO-COOP.COMERCIAL-CRL representada por **Liberato Fernandes**
 - b. Vice Presidência Espanhola: a definir

Os membros que desejarem participar nos trabalhos apresentar-se-ão junto do secretariado num prazo de 15 dias.

Jean Pierre Plormel propõe que um futuro Comité Executivo esteja previsto antes do verão e que os grupos de trabalho, nomeadamente o grupo da zona VIII se reúnam antes. **Mercedes Rodríguez** pensa que é um pouco inútil que os grupos de trabalho se reúnam ao mesmo tempo. Mas os membros da assembleia dizem que a urgência é a mesma para todos.

Jaime Tejedor informa que, sem aviso prévio do CSTEP, os trabalhos do grupo pelágico não poderão começar, posição como a qual a assembleia concorda.

Jean Pierre Plormel pede também indicações sobre as espécies geridas pelo grupo de trabalho espécies tradicionais. **Victor Badiola** indica que é necessário agir por prioridades, e respeitar os prazos que já nos foram fixados pela Comissão. **Victor Badiola** pede detalhes então à Comissão sobre as recomendações pedidas.

João Lopes da delegação portuguesa toma a palavra no âmbito do ponto da ordem do dia denominado « questões diversas ». Deseja recordar o seu contributo que não ficou escrito na acta da reunião de Madrid no que diz respeito a três pontos: a definição dos postos de presidentes e vice-presidentes dos grupos de trabalho, a constituição do Comité Executivo e a Assembleia-Geral.

Ele deseja também levantar a questão relativamente à difusão das pessoas presentes na assembleia-geral, à difusão das actas num prazo reduzido para que os intervenientes possam tecer críticas e à difusão da composição do Comité Executivo. Também deseja que as reuniões do Comité Executivo sejam precedidas pelas reuniões dos grupos de trabalho de forma a limitar as despesas de deslocação. Levanta também outro ponto que é o da difusão das informações, ele pretende que haja uma verdadeira circulação das informações entre todos os Estados Membros deste CCR.

Victor Badiola confirma que as actas devem ser enviadas rapidamente, e que de facto as reuniões serão realizadas de forma concomitante para limitar as despesas. No que diz respeito à circulação da informação, Victor Badiola pede desculpa se no passado a informação não circulou muito bem, o que não era intencional, muito pelo contrário, a circulação total da informação é a nossa prioridade.

Victor Badiola pergunta à Assembleia quem deseja receber a próxima reunião do Comité Executivo. **Liberato Fernandes**, presidente dos Armadores da Madeira exprime que a Madeira terá muito orgulho em recebê-la.

Victor Badiola agradece à assistência pela sua colaboração mas também pela sua paciência, e pelo interesse prestado.



A CONSTAR NA ACTA DA REUNIÃO DE 05/12/2006, EM MADRID

Sugestões apresentadas por João da Silva Lopes, da Federação das Associações e Organizações de Produtores da Pesca do Sul, para as seguintes questões:

- Grupos de Trabalho:
 - quanto às Presidências, defende-se que a sua distribuição seja a seguinte: 3 para Espanha, 2 para França e 2 para Portugal.
 - as vice-presidências deveriam ser distribuídas de acordo com a vontade de participação manifestada; porque não duas vice-presidências em cada Grupo de Trabalho?
- Criação de um Regulamento Interno para o Comité Executivo e um Regulamento Eleitoral.